



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA ESCOLA

Buenópolis

2011

GENILDA DE CAMPOS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A CONSOLIDAÇÃO DA
DEMOCRACIA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Minas
Gerais (UFMG), como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista
em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Ms. Eliandra da
Costa Mendes

Buenópolis

2011

GENILDA DE CAMPOS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A CONSOLIDAÇÃO DA
DEMOCRACIA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Ms. Eliandra da Costa Mendes (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Buenópolis, julho de 2011

Dedico este trabalho ao meu pai Josino de Campos exemplo de luta e coragem.

À minha mãe Maria, hoje ao lado de Deus, mas em nossa lembrança, sempre presente... Aos meus irmãos presenças marcantes em minha vida!

Aos meus filhos Lucas e Samira eternamente amados e motivo de muito orgulho para mim. Aos meus familiares e amigos, como é bom contar com vocês!

AGRADECIMENTOS

Ao Criador da criação que em minha vida criou esta oportunidade e deu-me a graça de saber aproveitá-la.

Aos meus familiares pela compreensão das minhas ausências em tantos momentos importantes devido à dedicação que o curso requer.

Aos meus filhos pelo apoio e colaboração.

Aos professores especialmente Eliandra e Beatriz que tanto contribuíram para que aqui chegássemos.

Enfim, agradeço a todos os sonhadores da Educação que não desistem da crença de que a Escola é o lugar de construção da Paz, da Solidariedade e do Amor entre homens, mulheres, jovens e crianças...

"A principal meta da educação é criar
homens que sejam capazes de fazer
coisas novas, não simplesmente repetir
o que outras gerações já fizeram.

Homens que sejam criadores,
inventores, descobridores. A segunda
meta da educação é formar mentes que
estejam em condições de criticar,
verificar e não aceitar tudo que a elas
se propõe."

(Jean Piaget)

RESUMO

Este trabalho discorrerá sobre um elemento fundamental na busca pela a construção da Gestão Democrática na escola pública brasileira: o Projeto Político Pedagógico. Ressalta o planejamento participativo como instrumento indispensável nesta construção e faz uma reflexão acerca da participação real e a ideal. A elaboração da Proposta Pedagógica da Escola Municipal Pequeno Polegar, Instituição de Educação Infantil, localizada na cidade de Buenópolis - MG é aqui analisada a partir dos pressupostos teóricos de Veiga(1998), Freire(2004), Oliveira (2011) e outros autores que abordam o assunto. E nesse contexto, esse estudo tem como objetivo verificar a atuação do Conselho Escolar na elaboração do PPP dessa instituição, descrevendo e avaliando a atuação dos gestores na acolhida à participação efetiva de seu órgão colegiado e da Comunidade, durante o processo de elaboração do referido documento.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

This paper will talk about a key element in the quest for the construction of democratic management in the Brazilian public school: the Pedagogical Political Project. Emphasizes participatory planning as an essential tool in this construction and is a reflection on the ideal and actual participation. The preparation of the Municipal School of Pedagogical Tom Thumb, Child Education Institution, located in the city of Buenópolis - MG is analyzed here from the theoretical assumptions of Veiga (1998), Freire (2004), Oliveira (2011) and other authors who address the issue. And in that context, this study aims to determine the role of the School Board in the preparation of PPP that institution, describing and evaluating the performance of managers in welcoming the effective participation of its collective body and the Community, during the preparation of this document .

Keywords: School Board. Democratic Management. Pedagogical Political Project.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 O Planejamento Participativo na elaboração do PPP	10
1.2. Conhecendo a Escola Municipal Pequeno Polegar	11
2. O Projeto Político Pedagógico e a Gestão Democrática	12
2.1. A presença do Conselho Escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico	13
3. O Projeto Político Pedagógico e seus Marcos Estruturantes	15
3.1. O caminho possível para uma re-leitura do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Pequeno Polegar	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17
6. ANEXO: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Pequeno Polegar.....	19
1.1. Dados de identificação da escola	25

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Planejamento Participativo na elaboração do PPP

O presente estudo discorrerá sobre a construção do PPP da E. M. Pequeno Polegar destacando o papel do gestor na elaboração e análise desse documento, dada a importância da atuação deste profissional para a construção de uma escola democrática. De acordo com SILVA (2011a, p.1)

A construção da gestão democrática da educação exige que aprofundemos, cada vez mais, nossas reflexões e nossos fundamentos sobre a participação, seus significados, suas dimensões e suas características. Como gestor na escola ou no sistema de ensino, você sabe dos grandes desafios que precisam ser enfrentados de modo a viabilizar a participação dos diferentes segmentos na organização da escola.

Para que ocorram mudanças no âmbito educacional, os gestores tem que estar atentos à sua forma de administração, afinal, a relação de poder que se estabelece entre o gestor e sua atuação enquanto dirigente escolar não raramente se dá com a prática centralizadora, onde decisões são tomadas unilateralmente empobrecendo ou anulando o direito de participação, fator preponderante para que a democracia se faça.

SILVA (2011a) considera a participação como algo intrínseco à ideia de gestão. Haja visto que, é a partir da diversidade de opiniões, atos e sugestões, que nascem ideias imorredouras. Ideias capazes de solucionar problemas que apenas uma mente pensante talvez não conseguiria. Para além de contribuir para a gestão, fazer a interação entre comunidade e escola proporciona o conhecimento da realidade vivenciada pelos alunos.

A participação na construção da escola pública detentora de uma educação de qualidade, precisa estar pautada no comprometimento de todos para com a Instituição. Pois, é no trabalho coletivo que ações vão se efetivando e a realidade vai sendo transformada. Como afirma LIBÂNEO (2001, p.79) a participação "(...) proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais".

1.2. Conhecendo a Escola Municipal Pequeno Polegar

Atualmente, a Escola Municipal Pequeno Polegar, instituição sobre a qual foi escrita a Proposta Pedagógica que integra este trabalho, situada à Rua Cesário Alvim, no. 489 no Centro da cidade de Buenópolis, MG, encontra-se instalada provisoriamente em uma Casa residencial, adaptada para este fim. Esta é uma Instituição que atende exclusivamente a demanda da Educação Infantil que compreende a faixa etária de 04 e 05 anos, contando com uma média de 155 alunos, distribuídos em 09 turmas em funcionamento no turno da manhã e da tarde. A Escola dispõe de equipamentos, brinquedos e materiais diversos, que viabilizam a prática do lúdico na ação docente, apesar do seu pouco espaço físico.

A versão 2010 do PPP é composta por oito eixos norteadores: introdução, finalidades educativas, estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, relações de trabalho, processos de decisão e avaliação. E nesse documento podemos perceber quem foram os sujeitos que contribuíram para o planejamento e construção do mesmo.

O ato de planejar é algo inerente ao ser humano. Do acordar ao recolher-se, do nascimento à morte, o homem planeja. E quando o planejamento extrapola o pessoal ele agrega a necessidade da participação, da coletividade. No âmbito educacional o planejamento participativo é o prenúncio da Gestão Democrática e conseqüentemente da elaboração de seu PPP.

Não se concebe a elaboração de uma Proposta Pedagógica, sem um rumo, um norte. Partindo deste princípio, a E. M. Pequeno Polegar iniciou a construção de seu PPP visando a participação coletiva e conjunta, com a convicção de que a mesma viabiliza resultado exitoso em todo e qualquer planejamento; haja visto que participar dos propósitos daquilo que se vai realizar é estar intimamente ligado à ação, e a consequência é o sucesso esperado.

Segundo SILVA (2011b):

O planejamento não deve ser tomado apenas como mais um procedimento administrativo de natureza burocrática, decorrente de alguma exigência superior ou mesmo de alguma instância externa à instituição. Ao contrário, ele deve ser compreendido como mecanismo de mobilização e articulação dos diferentes sujeitos, segmentos e setores que participam e constituem essa instituição.

Daí a importância de se pensar na elaboração do PPP não como uma obrigatoriedade, mas como uma oportunidade de se construir coletivamente os caminhos de uma Instituição Escolar. Pensamento este que despertou na E. M. Pequeno Polegar o desejo de iniciar o registro de sua existência enquanto Instituição educacional, sob a perspectiva do planejamento participativo.

2. O Projeto Político Pedagógico e a Gestão Democrática

O caminho possível para a Gestão Democrática na escola inicia-se a partir da construção de sua Proposta Pedagógica, a qual deve se desvincular da obrigatoriedade para não ser mais um documento elaborado a duas mãos e “guardado no fundo de uma gaveta”. É a partir da participação coletiva que a democracia vai se efetivando na escola pública, fazendo ressurgir o ideário de cidadania, que emerge de suas páginas para se consolidar no indivíduo que ocupa os bancos de uma escola. A Gestão Democrática viabiliza um novo olhar no “fazer educação”, ao se instituir como possibilidade de partilha de ideias, atos e ações com a finalidade de melhoria na qualidade da educação pública.

CARNEIRO (1998, p. 78) vem reafirmar que:

(...) As decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de resgate da efetiva função social da escola, através de um trabalho de construção coletiva entre outros agentes da escola e, destes, com a comunidade (...) o trabalho participativo não apenas descentraliza as decisões, mas também sacode a reta da rotina e recria a senha das pessoas a cada dia (CARNEIRO, 1998, p.78)

Somos protagonistas de uma realidade onde não se concebe mais a Gestão Escolar fundada no autoritarismo que arbitrariamente anula o direito de participação nos rumos de uma Instituição Escolar. A ação coletiva adentra os muros da escola desejosa de ser colaboradora nos seus processos de decisão. Sabedora de que toda a democracia tem que estar pautada na abertura ao diálogo e na atuação coletiva para que se faça o exercício da Gestão Democrática na escola pública, esta participação se faz por meio do Conselho Escolar que assumindo o seu papel de órgão colegiado atuante e conhecedor de suas atribuições, explicita esta ação democrática, ampliando a participação da Comunidade na vida escolar.

Segundo PARENTE, (2008, p. 8-10) o papel do Gestor como articulador de todo este processo, é preponderante.

A gestão democrática, conduzida e coordenada pelo gestor, é sustentada por um projeto pedagógico elaborado e executado por todos os envolvidos na comunidade escolar. Esse processo deve fundamentar-se nos princípios que garantam igualdade e participação, de forma a incentivar e assegurar a mobilização, a participação de todos e de cada um dos envolvidos para possibilitar a expressão de suas idéias e sua discussão, consideradas no momento da decisão coletiva.

2.1. A presença do Conselho Escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico

Visando o fortalecimento dos Conselhos Escolares, o MEC (Ministério da Educação) através da Secretaria de Educação Básica elaborou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, documento cuja essência é desconhecida por um percentual significativo de Gestores de Escolas Públicas, que já têm o Conselho Escolar instituído. O que vem comprovar o já constatado: os Conselhos Escolares existem para cumprimento de formalidades legais, apenas.

De acordo com FREIRE (2004, p.37):

Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

Vê-se a escola como a grande interlocutora capaz de construir o elo entre o cidadão comum e aquele que descobriu a importância de sua atuação participativa para a transformação da realidade em que vive.

CAMARGO, (2003, p.28-33), relata que:

O Conselho de Escola é a instituição que cotidianamente coordena a gestão escolar. Ou seja, é o Conselho o órgão responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola tanto no campo pedagógico, como administrativo e financeiro. Assim como o Conselho Municipal, este Conselho é um órgão de democracia representativa e dele fazem parte representantes dos diversos segmentos da escola (professores e funcionários, alunos e seus familiares) diretamente eleitos. Todavia, o Conselho de Escola, constituído apenas como mais uma instituição da escola, pouco adianta para o avanço da democracia. Ele tem de se supor como uma ferramenta que objetive a superação dos condicionantes ideológicos, institucionais, político-sociais e materiais (PARO,

1995) e que pode verdadeiramente ampliar o sentido da democracia na educação escolar”.

Tamanha a dimensão de sua atuação é, portanto o Conselho Escolar, co-responsável na elaboração, construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico da Instituição, fato que não se consolida, uma vez que a Proposta vai sendo construída e reformulada no dia a dia da escola.

Visando o sucesso da aprendizagem escolar, é também papel deste Conselho, saber quem é o aluno da escola pública, como a escola se prepara para atendê-lo, como é o seu desempenho escolar e quais dificuldades de aprendizagem ele apresenta. E no intuito de saná-las, participar juntamente com a escola da elaboração do planejamento de sua proposta curricular, procurando conhecer o meio social no qual o aluno está inserido e como a escola pode atuar no sentido de mudar realidades que precisam ser transformadas.

De acordo com o Caderno 5 do Ministério da Educação (Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares):

A gestão de sistema implica ordenamento normativo e jurídico e a vinculação de instituições sociais por meio de diretrizes comuns. “A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola. (BRASIL, 2004a. p. 23)

O órgão colegiado configura-se como elemento de fundamental apoio à gestão escolar. É o Conselho Escolar que dá à escola o caráter democrático. O Caderno 1 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004b, p. 37) enfatiza que:

Os conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.

Diante desta perspectiva, maior deve ser a atuação do Conselho Escolar. Necessário se faz que conselheiros sejam capacitados e possam se imbuir de sua responsabilidade no exercício das funções: Deliberativas, Consultivas, Fiscais e Mobilizadoras, atribuições do Conselho e que ao desempenhá-las contribuirá de forma positiva para a qualidade da

educação na escola pública. O Conselho tem entre suas atribuições participar da construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

3. O Projeto Político Pedagógico e seus Marcos Estruturantes

O Projeto Político Pedagógico como instrumento norteador do trabalho escolar, segundo Veiga (1998) por ser um processo peculiar de cada escola, pode ser construído de diferentes maneiras, porém a autora argumenta que três devem ser os movimentos para a sua construção: o Ato Situacional, o Ato Conceitual e o Ato Operacional.

O Ato Situacional retrata o movimento interno da escola, seus conflitos e contradições, objetivando fazer seu diagnóstico, definindo onde é prioritário agir. É a ação conjunta da escola e da comunidade na elaboração do retrato institucional. Sua situação real com suas fragilidades e portanto, necessidades de reestruturação em sua organização interna.

Através do **Ato Conceitual**, a escola reflete sobre sua concepção de educação, de sociedade, de homem, de escola, de currículo, de ensino e aprendizagem, visando definir as prioridades a serem trabalhadas a partir da constatação no Ato Situacional.

As atividades a serem implementadas para mudar a realidade da escola, compõem o **Ato Operacional** e implicam na tomada de decisões para a conquista dos objetivos e metas definidas coletivamente. A implementação de decisões coletivas, assim como a apresentação de novas questões e propostas de ações e também a avaliação - parte integrante do processo - devem permear todos os **Atos** para a construção do Projeto político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico estabelece-se, portanto como um conjunto de ações e de propósitos a serem alcançados, permitindo à escola ao fazer este caminho, construir sua identidade. O PPP visa a mediação de conflitos, através da organização da ação pedagógica, possibilitando à escola reorganizar seu trabalho, inovando também suas práticas sociais, para a condução de uma educação com mais qualidade.

O Projeto Político Pedagógico tem como característica desarticular a estrutura organizacional da escola, permitindo a coletividade na definição de intenções e na busca

de soluções. E é esta ação emancipatória que transformará o autoritarismo e a arbitrariedade comumente exercidos em muitas escolas na Gestão Democrática que descentraliza, acata e compartilha.

3.1. O caminho possível para uma re-leitura do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Pequeno Polegar

No PPP da instituição está evidenciado que o Conselho escolar está em fase de implantação e que a elaboração do PPP aos poucos irá agregar a participação de diferentes sujeitos. A construção deste caminho se fará com muita determinação e estudo. Haja visto que o percebido é a existência de um conhecimento superficial e limitado que as equipes: administrativa, pedagógica e docente demonstra possuir a respeito de um tema tão contundente: o Projeto Político Pedagógico como sustentabilidade da Gestão Escolar Democrática.

Acentua-se a necessidade de uma revisão literária sistematizada, consciente e responsável para que toda a escola se aproprie dos percalços que se apresentam no caminho a ser percorrido. E a partir desta ação conjunta, na qual o Conselho Escolar tem papel preponderante para a garantia da democracia, fomentar a elaboração de um Planejamento Participativo, onde a Gestão Democrática se faça representar pela ação cidadã da coletividade na construção de um PPP que retrate a Escola Municipal Pequeno Polegar como um ambiente onde o lúdico ocupe o lugar de referência na vida das crianças e o desenvolvimento da aprendizagem significativa possa fluir com a naturalidade peculiar da infância.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a Gestão Democrática na escola é abrir espaço para a discussão coletiva, para a tomada de decisões em conjunto, uma vez que o termo democracia pressupõe participação. Realidade ainda distante na escola pública. Somos herdeiros de uma cultura

onde dirigentes escolares, soberanos, ditam normas e traçam os caminhos de “sua escola”.

Atitudes estas, provenientes da ausência de formação continuada, do despreparo e/ou ingerência da Gestão Participativa. Em muitas situações aquele que gerencia a escola, não se apercebe do novo tempo que nos avizinha: a importância da efetivação da ação coletiva na condução da escola pública. É novo o tempo. Necessita ser nova também a escola.

Este estudo procurou ressaltar o Planejamento Participativo como linha de frente na disputa entre Democracia X Autoritarismo. O pensamento e ação conjunta de todas as partes interessadas no bom desempenho da instituição é certamente o caminho mais curto para a conquista daquilo que é a razão de ser da escola: o sucesso da aprendizagem escolar.

Os Conselho Escolar aqui mencionado como elemento de sustentação da escola, precisa se imbuir de seu real papel a partir do conhecimento de suas funções e linhas de ação e fazer a diferença na atuação como gerenciador da democracia no meio escolar.

O caminho vai sendo construído.... Há muito que se percorrer ainda. Não se pode deixar num canto a esperança. Mas é preciso lutar contra o retrocesso e impedir que o autoritarismo se reinstale. É urgente escancarar as portas da Escola Pública para que a Gestão Democrática se instale; nunca numa atitude de superioridade, mas junto e ao lado do outro, num gesto de acolhida, apoio e cidadania.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares. **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília. Vol. 1. 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares. **Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e Escolha do Diretor**. Brasília. Vol. 5. 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares**: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC, SEB, 2004

CAMARGO, R. B. e ADRIÃO, T. Princípios e processos da gestão democrática do ensino: implicações para os Conselhos Escolares. **Revista Chão de Escola**, Curitiba: SISMMAC, v. 2, p.28-33, outubro de 2003.

CARNEIRO, Moacir Alvos. **LDB Fácil**: Leitura crítica – compreensiva: Artigo a artigo. Petrópolis. RJ; Vozes 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

PARENTE, F. F. T. Uma atividade que requer ética e competência. CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação. *Gestão em Rede*, n. 90, novembro de 2008. p.8-10.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente ao desafio da participação no planejamento do trabalho escolar**: dimensões e significados. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br.../pdf/u1_3.pdf. Acesso em 15 de maio de 2011a.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **Planejamento**: concepções. Disponível em: escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento. Acesso em 20 de junho de 2011b.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

6. ANEXO: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Pequeno Polegar



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PV – PROJETO VIVENCIAL**

**ALEX OLIVER TEIXEIRA
GENILDA DE CAMPOS**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Municipal Pequeno Polegar

Buenópolis

2010

ALEX OLIVER TEIXEIRA
GENILDA DE CAMPOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Municipal Pequeno Polegar

Proposta Pedagógica apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Escolar promovido pela FAE – Faculdade de Educação da UFMG, como requisito necessário para a elaboração do TCC.

Orientadora: Eliandra da Costa Mendes

Buenópolis

2010

“A Educação da criança deve oferecer a oportunidade a conhecer a realidade, de acordo com o momento das fantasias que ela projeta no brincar e no jogar, estabelecendo elos de ligação entre o plano ideológico e o mundo concreto de suas ações. Educar a criança segundo uma dimensão autônoma é possibilitar seu pleno desenvolvimento.”

Freinet

1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Pequeno Polegar pertencente à Rede Municipal de Educação da cidade de Buenópolis, funcionava até o primeiro semestre de 2010 nos prédios das duas escolas municipais de Ensino Fundamental: na E.M. Professora Maria das Dores Pires Cafaggi situada no centro da cidade e na E.M. Noêmi Pereira da Costa, situada em um bairro de periferia.

Esta realidade fragmentava a atuação tanto administrativa quanto pedagógica da escola, que não tinha local fixo de trabalho. Ora agia paliativamente em uma escola, ora em outra. A **Interação**, Meta preponderante nesta fase de aprendizagem muito pouco era desenvolvida devido ao pequeno espaço que lhes era disponibilizado nas escolas citadas.

Visando garantir a construção da identidade escolar, uma vez que as crianças não identificavam sequer o nome de sua escola e possibilitando também assegurar a implantação e implementação de práticas educativas de qualidade que promovam e ampliem condições necessárias para o desenvolvimento do exercício de cidadania em nossas crianças, foram empreendidos vários esforços para unificar a escola em um só local.

Em atendimento às Legislações que normatizam a Educação Infantil nossa escola tem como missão:

- * Responsabilizar-se pela qualidade do atendimento nas instituições de Educação Infantil em âmbito municipal;
- * Adotar medidas para garantir uma transição pedagógica adequada na passagem das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;

A Secretaria Municipal de Educação juntamente com Profissionais da Educação Infantil da Escola Municipal Pequeno Polegar, com irrestrito apoio da Administração Municipal, articularam a criação de um espaço próprio para a instalação da Escola de Educação Infantil de nosso Município. É um espaço provisório, uma vez que está sendo construído um Prédio do Proinfância, o qual agregará toda demanda educacional compreendida na

faixa etária de zero a três anos de idade. Essa medida visa atender as determinações da LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que determina:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até **cinco** anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.(BRASIL, 9394/96, art. 29)

A E.M. Pequeno Polegar, numa ação integrada, visa incorporar às atividades educativas, cuidados essenciais para com as crianças, contribuindo para o desenvolvimento de sua identidade pessoal na construção de sua personalidade. Oferecendo ambientes, material e espaço para a realização de atividades onde o lúdico passa a ser parte do Currículo tão necessário nesta etapa de vida da criança e tão pouco exercido em muitas Unidades Educacionais da Educação Infantil.

Nossos objetivos gerais para a Educação Infantil estão em consonância com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) que preconiza que as escolas devem:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente.
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca entre adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima;
- Articular seus interesses e pontos de vista, interagindo com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação;
- Conhecer algumas manifestações culturais, de interesse, respeito e participação, valorizando a diversidade. (BRASIL, 1998, p.63)

A escola de Educação Infantil, ao planejar sua Gestão Democrática deve ter como documento norteador de seu trabalho, sua Proposta Pedagógica, observando o que orienta GADOTTI (1998, p.16) “Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político.”

De acordo com Vasconcellos (1995), este documento é:

(...) um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola. (VASCONCELLOS, 1995 p.143)

A E.M. Pequeno Polegar elaborou este documento após estudo e reflexão com os educadores que compõem seu quadro de pessoal e a representação restrita de alguns pais, uma vez que seu Conselho Escolar está em fase de implantação. Porém, este fato não diminuiu a importância da ação participativa de todos envolvidos no processo educacional, que juntos redesenham a Escola que pretendem construir. Toda esta reflexão permitiu sensibilizar para a conscientização do compromisso de todos para com a construção de uma escola ativa e democrática, onde todos tenham a oportunidade e o direito de expressar suas ideias na construção de um ideal coletivo.

1.1. Dados de identificação da escola

1.1. Nome da Escola	Escola Municipal Pequeno Polegar
1.2. Lei de Criação	Lei nº 1.048 de 19/12/1997
1.3. Nível de Ensino ofertado	Educação Infantil 1º Período: 04 anos 2º Período: 05 anos
1.4. Endereço atual	Rua Cesário Alvim, 489 Centro CEP: 39.230-000 – Buenópolis – MG
1.5. Localização	A escola funciona provisoriamente na Zona Urbana, em uma Casa ao lado da Igreja Batista.
1.6. Órgão Municipal de Vinculação	SME – localizada à Praça Frei Henrique Ciulle, S/nº Centro – Buenópolis – F (38) 3756-1401
1.7. Turno de Funcionamento	Manhã: das 07:30 às 11:50 Tarde: das 13:00 às 17:20

1.8. Matrícula efetiva em 2010	151 alunos
1.9. Constituição da Equipe de Liderança	01 Diretora; 01 Supervisora para o 1º Período 01 Supervisora para o 2º Período
1.10. Constituição do Corpo Docente	13 Professores
1.11. Constituição da Equipe de Apoio	05 Ajudantes de Serviços Gerais

2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) traz em seu Art. 2º a descrição dos princípios e fins da educação nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art. 2º)

2.1 Fins e objetivos da escola

De acordo com SAVIANI (1992, p.17), “o ato educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada sujeito singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Buscando contribuir para a construção deste homem histórico e tendo sob sua responsabilidade a sistematização da aprendizagem a ser oferecida à criança no seu primeiro contato com a educação institucionalizada, a Escola Municipal Pequeno Polegar conclamou a representação dos segmentos que a compõe, para a construção de seu Projeto Político Pedagógico.

Consciente do que afirma BARBIER citado por AZEVEDO (2005, s.p.)

(...) projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de

tornar real uma idéia, transformando-a em ato. Para tanto, considerando-se especificamente o PPP, em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas sejam devidamente motivadas e que adquiram uma visão da relação entre finalidade-objeto-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediatizada pela relação entre recursos-limitações-gestão. A motivação, entretanto, constitui um trabalho próprio do imaginário. Daí porque sem imagens fortes que estimulem as ações, um projeto corre o risco de não se viabilizar, tendo em vista que as nossas imagens constituem uma força, e é impossível mudar sem que nossas representações sejam trabalhadas.

É importante ratificar que estar motivado é condição primeira para o sucesso de todo e qualquer empreendimento, seja ele no campo profissional ou pessoal. Diante disso e vislumbrando, pois, um novo futuro para a Educação Infantil em nosso município nos é delegada a importante Missão de traçar o norte para o seu fazer, numa postura democrática da Gestão Escolar.

A direção desta Escola, procurando sensibilizar todos os envolvidos na realidade escolar, ressaltou a importância da participação colegiada na construção deste Projeto, que pretende responder, de forma positiva, as seguintes indagações:

- Qual é a finalidade desta escola?
- Que cidadãos ajudaremos formar?
- Que sociedade queremos construir?

Partindo do princípio de que a “Educação é direito de todos”, e do que determina a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*), que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

2.2. Missão da escola

Baseado nessa orientação foi criada a Missão da Escola Municipal Pequeno Polegar que visa garantir uma Educação Infantil que contribua para o desenvolvimento integral da

criança, incorporando o lúdico às práticas de sala de aula. Para tanto, qualificamos os profissionais da escola, orientamos a família no processo de aprendizagem e direcionamos recursos próprios a favorecer o alto nível de desempenho dos alunos.

Missão esta que para seu alcance tem traçadas as seguintes Metas de Aprendizagem.

2.3. Metas de aprendizagem

1. Fazer a leitura de diferentes imagens, letras e símbolos compreendendo suas diversas funções.
2. Escrever letras e palavras, de acordo com o desenvolvimento cognitivo de cada criança.
3. Trabalhar a construção do número, conceito matemático e sequenciação.
4. Comunicar-se oralmente, de forma clara e articulada, de modo que os outros possam entender a mensagem naturalmente.
5. Resolver situações problema do dia-a-dia, com lógica, criatividade de análise crítica da situação e de julgamento das alternativas de solução.
6. Interagir com seus colegas de forma cooperativa e responsável, na realização de tarefas comuns, valorizando as diversas contribuições ajudando a resolver conflitos e buscando o consenso próprio das decisões coletivas.
7. Utilizar, com desenvoltura, a tecnologia da informação como um recurso auxiliar, versátil de aprendizagem, especialmente na busca, organização e aplicação das informações.

2.3 – Metas operacionais

Estas Metas de Aprendizagem estão agregadas às seguintes **Metas Operacionais**:

1. Utilizar o sistema de gestão integrado na condução do trabalho diário.
2. Sensibilizar os alunos para o comprometimento com sua vida escolar.
3. Comprometer os professores na realização do seu trabalho.
4. Utilizar nas atividades avaliativas métodos ágeis de avaliar a aprendizagem, construindo dados que orientem os esforços na busca de melhores rendimentos dos alunos.
5. Direcionar as parcerias com empresas/ organizações para o avanço nas metas de 01 a 07.
6. Ter os alunos aplicando suas competências e habilidades (metas de 1 a 7) em ações/ projetos de alcance social e comunitário.

Tais Metas visam atender ao que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, no artigo abaixo especificado:

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 1998, art. 6º)

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Fazendo uma releitura do texto: O DIREITO À EDUCAÇÃO: Um campo de atuação do gestor escolar (CURY, 2008, p.246) é possível perceber que:

A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consistente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente

obrigatória no ensino médio, por ser também dever do estado na Educação Infantil.

E diante da legislação vigente em 2010, quando a Educação Infantil passa a ser obrigatória a partir dos quatro anos de idade completos até o dia 31 de março do ano em que se der a matrícula da criança, a Escola Municipal Pequeno Polegar o organizou seu Corpo Docente com turmas de até 20 alunos como prevê a legislação estadual em vigor. Os dois turnos de funcionamento da escola oferecerão vagas para as duas faixas etárias, uma vez que a demanda oriunda da zona rural só dispõe de transporte no turno da manhã. Cada turma conta com um professor regente e um professor para Recreação e Artes.

3.1. Recursos humanos

Administrativamente, a E.M. Pequeno Polegar é constituída pela Equipe de Liderança: diretora, supervisoras e Equipe de Apoio: funcionários administrativos, em quantidade já informada nos dados de identificação da escola. Cada um destes profissionais tem sua Missão Pessoal, aliada à Missão da Escola; e estabelecem Metas em relação ao seu desempenho profissional a serem alcançadas ao longo do ano letivo. Cabe à Equipe de Liderança propiciar a elaboração do Planejamento Anual da Instituição, de forma integrada e participativa. É esta Equipe que articula e viabiliza a realização das atividades no dia-a-dia escolar. A formação de todos os docentes é de nível superior, nos Cursos de Normal Superior e/ou Pedagogia.

O Professor é o mediador do desenvolvimento e da formação integral dos alunos dentro do processo de ensino/aprendizagem, promovendo a ampliação e a sistematização dos conhecimentos por parte dos mesmos. A este aluno deve ser dada uma formação que atenda suas necessidades, respeitando-se sua individualidade, seu conhecimento, seus valores e seu contexto sócio-cultural.

A Equipe de Apoio, no Cargo de Ajudantes de Serviços Gerais, faz parte do Quadro de Funcionários Efetivos da Prefeitura Municipal, assim como todos os Professores desta

Escola. Sendo contratadas as Pedagogas, através de processo seletivo e a Diretora ocupando cargo comissionado.

De acordo com a Lei Complementar Municipal Nº 030/20009 que institui o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério Público do município, estão regulamentadas as competências e atribuições de seus profissionais nos seguintes artigos:

- Art. 40 do professor I;
- Art. 41 do Especialista em Educação;
- Art. 42 do Diretor.

Cópia do referido Plano de Carreira faz parte do arquivo escolar estando à disposição de qualquer membro dos segmentos que compõem a escola e/ou terceiros que queiram se inteirar do mesmo.

3.1.1. Recursos físicos

O prédio atual onde está instalada a E.M. Pequeno Polegar, foi adaptado em uma Casa Residencial, onde foi possível organizar: 04 Salas de Aula, 01 Sala para Vídeo e Contação de História, 01 Brinquedoteca, 01 Refeitório, 01 Cozinha, 01 Sala para os Professores, 01 Sala para Direção e Supervisão, 02 Banheiros para Alunos e 01 Banheiro para Funcionários.

3.1.2. Recursos financeiros

A Escola possui Caixa Escolar hoje denominada: UEx (Unidade Executora) Pequeno Polegar – CNPJ 12.203.391/0001-20 – registrada sob o Nº 383 – fls. 165 Livro A – 5 em 30/06/2010, no Cartório de Registros de Títulos e Doc. Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Buenópolis, através da qual recebe o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). A UEx tem diretoria própria, eleita em Assembléia Geral com mandato de 02 anos; sendo assim constituída sua Diretoria: 01 presidente, 01 vice-presidente, 01

tesoureiro e 01 secretário. A UEx tem também um Conselho Fiscal constituído por: 01 presidente, 01 membro Titular e 01 membro Suplente; assim como um Conselho Deliberativo, constituído por: 01 Presidente, 01 secretário e 09 membros Conselheiros. A UEx é co-responsável pela administração financeira da escola. Tem Estatuto próprio no qual está especificado a periodicidade das reuniões assim como as atribuições de cada cargo.

A complementação dos gastos para a manutenção da escola, é repassada pela Secretaria Municipal de Educação, que procura dentro de suas possibilidades atender às reivindicações da referida Unidade Educacional.

3.1.3. Equipamentos e mobiliários

Faz parte do conjunto de equipamentos e mobiliários da escola: 30 conjuntos de mesinhas com 04 cadeiras, 02 mesas para refeitório com 02 bancos e algumas cadeiras, 01 mesa para a sala dos professores, 02 armários grandes e 02 armários pequenos, 02 estantes de aço, 01 espelho grande, fixado na sala de Contação de História, em 03 salas de aulas há armários embutidos, 01 geladeira, 01 fogão, 01 TV 20', 01 DVD, 01 microsistem, 01 Computador, 01 liquidificador industrial, vasilhames necessários, para o desenvolvimento da rotina na Cozinha. Estão sendo instalados telefones e internet.

3.2. Estrutura pedagógica

A Escola Municipal Pequeno Polegar procura contextualizar sua proposta de trabalho respeitando as etapas do desenvolvimento infantil, propiciando atividades que desperte o interesse e a curiosidade das crianças. O Planejamento Pedagógico tem sua Metodologia e Conteúdos estruturados a partir do RCNEI, considerando-se as dimensões: atitudinal, procedimental e conceitual dos mesmos, uma vez que tais dimensões configuram-se como elementos indispensáveis para a formação integral da criança.

3.2.1. Conteúdos trabalhados

O desenvolvimento dos Conteúdos se dá através de Temas Geradores, para o trabalho com datas de destaque durante o ano. Com a Pedagogia de Projetos, a Escola desenvolve o “Projeto Identidade” e o Projeto: “Verde Vivo” no primeiro semestre letivo e o Projeto “Bonequinha Preta” no segundo Semestre, enfatizando o trabalho com a cultura Afro-brasileira.

A escola utiliza também um instrumento do SGI (Sistema de Gestão Integrado) denominado Processos de Trabalho, através do quais muitas ações são desenvolvidas no decorrer do ano letivo. Em todas as ações é respeitado o limite de cada um, sem deixar de apresentar atividades desafiadoras, contextualizadas e significativas propiciando ao educando a descoberta de si mesmo, do meio social e natural, a intercomunicação e as linguagens. A garantia da ludicidade permeia ações prazerosas que fazem parte da rotina da escola.

3.2.2. Equipe pedagógica

Entre as funções da Equipe Pedagógica, destaca-se a formação continuada para os professores, o que vem ocorrendo sistematicamente através do Curso de Vídeo da Universidade Federal de Viçosa, o qual está fundamentado no RCNEI, que é desenvolvido nas Reuniões de Módulo2. Há também grande empenho destes profissionais juntamente com a direção em auxiliar no processo de socialização dos alunos possibilitando-lhes sua integração no contexto escolar.

4. CURRÍCULO

4.1. Concepção de currículo

A palavra Currículo origina-se de *curriculum-i* que significa pista de corrida. Partindo-se de sua origem o Currículo escolar pode ser compreendido como a trajetória escolar do aluno. Segundo Sacristán (1998),

(...) o currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino; ações que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação intelectual, de avaliação etc., e que, enquanto são subsistemas em parte autônomos e em parte interdependentes, geram forças diversas que incidem na ação pedagógica. Âmbitos que evoluem historicamente, de um sistema político e social a outro diferente. Todos esses usos geram mecanismos de decisão, tradições, crenças, conceitualizações etc. que, de uma forma mais ou menos coerente, vão penetrando nos usos pedagógicos e podem ser apreciados com maior clareza em momentos de mudança. (SACRISTÁN, 1998, p.22)

4.2. O currículo da educação infantil

A questão curricular na Educação Infantil, não difere do exposto nesta definição. O que pode ser comprovado observado na legislação vigente, quando a Resolução Nº 5 de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, determina:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009, art. 3)

Baseando neste princípio apesar da faixa etária em que se encontram seus alunos a E.M. Pequeno Polegar procura observar em sua ação diária o meio social em que este aluno está inserido e a vivência cultural de sua família. Fatores determinantes para o sucesso de sua atuação educadora. Uma vez que, segundo Vasconcellos (1995), o Planejamento Curricular é o

(...) processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno". Portanto, essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares. (VASCONCELLOS, 1995, p. 56).

4.3. A organização curricular e o atendimento às crianças com necessidade educacionais especiais

A E.M. Pequeno Polegar prepara gradativamente seu processo de Inclusão, em atendimento à legislação vigente e ao que determina os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil que estabelecem:

As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil consideram a inclusão como direito das crianças com necessidades educacionais especiais, contemplando:

- Estratégias, orientações e materiais específicos para o trabalho com crianças da Educação Infantil que apresentam deficiências sensoriais (surdez, cegueira ou distúrbio acentuado de linguagem), físicas, motoras e múltiplas;
- Estratégias, orientações e materiais específicos para o trabalho com crianças com idade cronológica para permanência na Educação Infantil que apresentam atraso de desenvolvimento decorrente de déficit de atenção e hiperatividade, problemas de comportamento, emocionais, psicomotores, cognitivos, dislexia e correlatos, entre outros;
- Formação continuada dos profissionais de Educação Infantil para atender as crianças com necessidades educacionais especiais;
- Espaços e equipamentos são adaptados para receber as crianças com necessidades educacionais especiais de acordo com a Lei da Acessibilidade. (BRASIL, 2008, p. 33 e 34)

A escola foi contemplada pelo MEC com uma Sala Multifuncional para atendimento às crianças com NEE, nesta faixa etária, a partir de 2011. O atendimento será disponibilizado para todo o município, observando-se a legislação vigente, e toda orientação necessária para o seu bom funcionamento. O espaço físico disponível para sua instalação será na E.M. Professora Maria das Dores Pires Cafaggi, até ficar pronto o prédio do Pró-Infância.

4.4. O planejamento didático-pedagógico

Buscando aprimorar sua ação didático-pedagógica, esta Escola está preparando o estudo dos Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil, visando, através das **Dimensões**:

- **Do Planejamento Institucional** – Tornar pública esta Proposta Pedagógica, consciente da flexibilidade que a mesma incorpora, podendo e devendo ser

alterado qualquer eixo que não esteja em consonância com a realidade escolar, desde que respeitada a legislação vigente; rever o Planejamento Bimestral, fazendo as intervenções necessárias para a garantia do lúdico como forma de construção do conhecimento; solicitar da SME a avaliação do desempenho da instituição e Sistematizar o Registro de ações cotidianas.

- **Da Multiplicidade de experiências e linguagens** – Contribuir para a construção da autonomia das crianças; possibilitar o relacionamento das crianças com o ambiente natural e social; promover às crianças, a descoberta saudável do próprio corpo; trabalhar sistematicamente, através do lúdico principalmente, a expressão diferentes linguagens: plásticas, simbólicas, musicais e corporais; variar e estimular o desenvolvimento da linguagem oral, através de leituras, conto e reconto de histórias, dramatizações, canto, etc.; contribuir para a construção da identidade da criança, valorizando as diferenças e a cooperação.
- **Das Interações** – Garantir o respeito à dignidade das crianças, coibindo qualquer tipo de agressão física ou moral, que possa ferir sua dignidade; respeitar o ritmo das crianças, planejando atividades que não as sobrecarreguem; respeitar a identidade de cada criança, chamando-a sempre pelo nome procurando conhecer seus desejos e interesses e atendendo-os dentro de suas possibilidades; promover atitudes de respeito às idéias, conquistas e produções das criança e promover a constante interação ente as crianças.
- **Da Promoção da Saúde** – Elaborar juntamente com o Departamento de Merenda Escolar da SME e o/a Nutricionista um Cardápio que atenda às necessidade das crianças; garantir a limpeza diária de todas as dependências e mobiliários da escola; garantir a segurança das crianças no tocante à: tomadas elétricas, botijão de gás, produtos de limpeza, entre outros e promover ações de saúde bucal em parceria com à Secretaria Municipal de Saúde.
- **Dos Espaços, materiais e mobiliários** – Manter a organização do espaço interno oferecendo o máximo de conforto possível às crianças; aumentar gradativamente o acervo de literatura infantil; construir uma Bandinha na Escola; adquirir materiais e

brinquedos para crianças com NEE; organizar espaço para o atendimento aos pais mantendo organizados aqueles destinados aos funcionários.

- **Da Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais**
– Promover a formação continuada de professores; valorizar os professores e funcionários através de processos de reconhecimento pelo destaque na atuação; evitar turmas com mais de 20 alunos.
- **Da Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social** – Respeitar e acolher bem as famílias, promovendo atitudes de respeito mútuo entre educadores e familiares; promover encontros periódicos com as famílias, procurando conhecê-las a fim de melhor desenvolver o trabalho escolar; informar bimestralmente às famílias o desempenho escolar de seu filho; promover intercâmbio com o CT, informando sinais de negligência, violência doméstica, exploração sexual e trabalho infantil; comunicar à família e à Saúde municipal casos de doenças infecciosas percebidas na escola e encaminhar para salas de recursos multifuncionais da localidade, crianças com NEE.

De acordo com o RCNEI

Cabe ao professor a tarefa de individualizar as situações de aprendizagens às crianças, considerando as suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diferentes. (BRASIL, 1998, p.32).

Implicitamente a questão curricular é aqui abordada na prática da Educação Infantil.

4.5. Quadro curricular

O Quadro Curricular consta de 20 módulos semanais de 60 minutos cada, sendo: duas aulas no Eixo da Identidade e Autonomia, duas no do Movimento, duas no de Música, uma no de Artes Visuais, cinco no de Linguagem Oral e Escrita, três no de Natureza e Sociedade e cinco no de Matemática. A Carga horária anual é de 866:40, distribuídas em

800:00 para a Regência e 66:40 para o Recreio. A Escola se empenha para fazer cumprir o que determina este componente curricular, fundamental para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa na vivência escolar de toda criança.

5. TEMPO ESCOLAR

Discutir o tempo escolar torna-se algo extremamente relativo. Tão importante quanto aumentar o tempo de permanência do aluno na escola, é importante que o tempo seja de qualidade e simultaneamente e nos faça repensar uma nova escola. Garantindo “(...) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos”. (CAVALIERE, 2007, p. 1016)

Será que não estamos invertendo o processo educacional? Em uma análise preliminar, estamos criando uma escola de tempo integral e posteriormente redefinindo novo modelo de atuação. Neste sentido cabe-nos refletir sobre as questões propostas por CAVALIERE (2007, p. 1017)

Que tipo de instituição pública de educação básica a sociedade brasileira precisa? Que funções relativas ao conhecimento cabem à escola, frente aos demais meios de informação e comunicação presentes na vida social? Qual o papel da instituição escolar na formação para a vida em sociedade e para a democracia?

O aumento do tempo escolar não implica necessariamente em uma prática escolar de qualidade. Outro fator que é importante definir é saber qual é realmente o papel da escola. Será um local de aprendizagem e inovação e de formação de valores conceituais, ou ela redefinirá seu papel, sendo uma extensão da família, tendo a responsabilidade de educar e assumindo funções que, particularmente, desvirtua da sua função primordial?

Torna-se necessário, realinhar as diretrizes curriculares da educação, garantindo recursos e capacitação profissional. Analisando também que caminhos serão percorridos na formação sócio-cultural dessas crianças. Se o estado é o provedor da educação, é

evidente que a ideologia estará intrínseca em menor ou maior grau. E aí cabe a pergunta: O que é bom para o Estado é necessariamente bom para as pessoas?

O aumento do tempo escolar deve ser compatível com o aumento da qualidade da educação, criando mecanismos que realmente transforme social e culturalmente as pessoas. E esse tempo Integral de qualidade, é uma perspectiva para a Escola Municipal Pequeno Polegar tão logo a mesma se instale no prédio do Pró-Infância onde certamente, existirá toda uma estrutura que possibilite esta concretização.

5.1. Calendário escolar

O Calendário da Educação Infantil acompanha o mesmo do Ensino Fundamental, constando 200 dias letivos, distribuídos em 40 semanas letivas, conforme legislação vigente. Nele são especificados os dias letivos e os dias escolares, estes, destinados à realização de Capacitações e Planejamentos, assim como os recessos escolares, férias e feriados municipais e nacionais.

5.2. Carga horária diária

A jornada diária é de 04:20 incluída recreação. O professor regente trabalha 03:20 na regência diária, sendo a carga horária do aluno completada com aulas de Artes, Matemática e Recreação ministradas por professores auxiliares.

O período em que o professor regente está fora da sala de aula é destinado ao estudo, planejamento semanal do trabalho, realização de atividades e assessoramento pedagógico; cumprindo o que determina a legislação municipal vigente.

5.3. Reuniões pedagógicas

O Módulo 2 é cumprido semanalmente com duração de 01:30h, momento em que acontecem os planejamentos semanais e os especiais da escola. Quando necessário,

alguns assuntos administrativos são discutidos. Mensalmente é realizado um encontro de 04:00hs, para estudos em grupo, e/ou pequenas capacitações. Do Módulo 2, participam: supervisoras, professores e diretora. Há também reuniões periódicas com a Equipe de Apoio.

5.4. Rotina

Nossa instituição organiza seu Tempo Escolar de acordo com o RCNEI, o qual orienta que:

A rotina na educação infantil pode ser facilitadora ou cerceadora dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Rotinas rígidas e inflexíveis desconsideram a criança, que precisa adaptar-se a ela e não o contrário, como deveria ser; desconsideram também o adulto, tornando seu trabalho monótono, repetitivo e pouco participativo (BRASIL, 2008, p.73).

A E.M. Pequeno Polegar desenvolve sua rotina com base em um roteiro objetivando nortear seu trabalho; sem que a mesma seja determinante impedindo a flexibilidade necessária para o bom desempenho de qualquer ação educativa. Sendo a prática pedagógica na educação infantil, uma ação onde a relação adulto/criança se dá em sua complexidade, a Escola Municipal Pequeno Polegar privilegia o respeito mútuo no sentido de se estabelecer a afetividade para que a cooperação e ampliação dos saberes possibilitem uma rotina tranquila e prazerosa para todas as partes envolvidas.

Desta forma, abaixo está relacionada a rotina que se propõe:

- **Acolhida** – As crianças são recebidas pela professora que orienta a organização do material trazido de casa: mochila e lancheira. É o momento de atividades livres como: recorte e colagem, pintura, desenho, varal de leitura, massa de modelar, joguinhos, etc.
- **Roda de Conversa** – Todos os alunos se reúnem na Brinquedoteca e a Rodinha acontece diariamente, onde atividades diversificadas são desenvolvidas assim como: momento de espiritualidade, contação de história, pacto de convivência,

respeito ao espaço do outro, condições climáticas, calendário diário e mensal, datas especiais, etc.

- **Atividade I** – É realizada uma atividade específica dentro do conteúdo de Linguagem Oral e Escrita e/ou Matemática, de acordo com o Planejamento do Professor.
- **Promoção da Saúde** – É o momento destinado à utilização do banheiro e posterior higienização das mãos. As crianças são induzidas a este hábito que deve ser estendido também para sua vivência fora da escola.
- **Hora do Lanche** – Momento em que são trabalhadas formação de hábitos e atitudes, como mastigar bem os alimentos, comendo de boca fechada, valorizando os alimentos devido a seus nutrientes e vitaminas.
- **Escovação** – Novamente a promoção da saúde é valorizada quando a criança é incentivada a escovar os dentes como prevenção contra problemas bucais no futuro.
- **Hora do Jogo Simbólico** – O Faz de Conta é evidenciado em atividades que podem ocorrer duas ou mais vezes na semana, oportunidade de estimular a fantasia através de brincadeiras utilizando-se materiais e/ou objetos para dramatizações de fatos reais vivenciados ou não pela criança, e fatos imaginários.
- **Recreação** – São desenvolvidas atividades de expressão corporal com a finalidade de estimular o desenvolvimento motor, a lateralidade, a interação e o equilíbrio numa ação prazerosa de descoberta do próprio corpo e de seu significado. É o momento das **Atividades Livres**, devendo ser esta, uma rotina diária.
- **Cantinho da Arte** – Atividade semanal com pinturas, desenho, recorte e colagem, modelagem, onde os trabalhos desenvolvidos são expostos para apreciação de todos. É o momento de incentivar a criatividade tantas vezes sufocada na educação infantil.

- **Momento do Vídeo** – Acontece na sexta-feira num espaço apropriado onde as crianças assistem a vídeos de filmes infantis, informativos e/ou musicais.
- **Contação de História** – Este momento lúdico e fundamental para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da representação, deve ser uma ação constante, cabendo também ao professor regente incluí-la em seu planejamento semanal.
- **Visitas e Passeios** – Também estão incluídos na rotina da escola e acontecem periodicamente.

5.5. Tempo de adaptação

Antecede ao estabelecimento desta Rotina o período em que a criança necessita para se adaptar ao novo ritmo de sua vida. Normalmente nas primeiras semanas letivas a ludicidade e a liberdade de escolha são priorizadas, possibilitando às crianças uma adaptação mais tranquila. É permitido aos pais neste período, permanecer um pouco mais com seus filhos e/ou reduzir sua jornada escolar diária, se for necessário.

5.6. Reuniões com os pais

Sistematicamente estas reuniões acontecem no início do ano letivo, onde é apresentada a proposta de trabalho da Escola. Bimestralmente, o pai é convidado a analisar o desempenho de seu filho, através dos registros da escola.

Periodicamente: no mês de maio acontece a Festa das Mães; em junho a Festa Junina; em agosto a Semana Nacional da Família; e em dezembro a Festa de Formatura. Momentos em que Família e Escola estreitam seus laços de relacionamento. Outros encontros acontecem extraordinariamente, sempre que uma das partes envolvidas no processo de ensino/aprendizagem julgar necessário

5.7. Formação continuada para profissionais da educação

A formação continuada para os profissionais desta escola, acontece de acordo com o estabelecido no Plano de Carreira do Município: “O município proporcionará anualmente no mínimo 40 horas de programas de educação continuada para o profissional do magistério”. (Lei municipal, Nº 030/2009, art. 10).

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola municipal Pequeno Polegar está subordinada à Secretaria Municipal de Educação que relaciona as diretrizes educacionais a serem seguidas. Nossa instituição tem iniciado um novo processo de tomada de decisões. A intenção primordial não é somente discutir a democracia, mas vivenciá-la.

Dessa forma, as decisões relativas à escola começa a ser tomada conjuntamente. O primeiro passo é a instalação dos Conselhos Escolares, que passarão a ajudar nas decisões e os rumos que escola deverá seguir.

Assim, as decisões deixam de ser unilaterais e atingem o âmbito da coletividade. É necessário ressaltar que todo esse processo está em maturação, e muitas vezes, as pessoas apresentam total desinformação e conhecimento dessa nova modalidade administrativa.

Em uma análise final sobre os “processos de decisão” da Escola Municipal Pequeno Polegar conclui-se que o modelo unilateral de administrar atravessa um momento de transição para um modelo de gestão democrática onde os diversos setores da comunidade começam a participar das decisões que envolvem a escola.

O nível de participação ainda não é o desejado, pois, torna-se extremamente necessário qualificar as pessoas que farão parte desse novo modelo administrativo. Conciliar a todos

num modelo convergente de interesses, onde o objetivo principal é elevar, através de um consenso, a qualidade da educação da escola, requer habilidade e, acima de tudo, sensibilidade administrativa voltada para os valores humanos de relacionamento.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho estão definidas no estatuto do magistério municipal. Porém, existe certo grau de imaturidade nessas relações de trabalho. Muitas vezes, as funções acabam se misturando, pelo fato dos próprios profissionais desconhecerem de fato, ou superficialmente suas funções.

Outro paliativo, importante ressaltar, é que em virtude desse conhecimento superficial, determinados procedimentos acabam se tornando contundentes, principalmente no que se refere a tomadas de decisões. Tão importante quanto dominar suas atribuições é colocá-las em prática.

As definições dos papéis de cada profissional estão explicitadas e documentadas, porém, fica evidente em alguns profissionais a insegurança em atuar dentro daquilo que lhe é peculiar, em virtude da falta de domínio completo em relação às suas atribuições.

Percebe-se também que as relações profissionais dentro do ambiente de trabalho deixam muito a desejar. Existe um enorme contraste entre a profissão escolhida para atuar e a verdadeira vocação docente. Uma parte docente enxerga o magistério como um ônus profissional, o que nos leva a pensar que estão ali por não encontrarem e não possuírem a competência necessária para atuar em outra área.

Sobre os conflitos existentes em nossa escola, existe uma clara confluência entre o profissional e o pessoal. É importante que ocorra uma mudança de postura em relação a esse procedimento. Sobre os conflitos criança-criança a postura adotada é de resolver os conflitos internos dentro da própria escola, uma vez que existe uma equipe pedagógica voltada para essa atuação.

A relação criança-adulto adota-se a mesma sistemática anterior. Já nas relações adulto-adulto, procura-se resolver junto á diretoria da escola, através dos Conselhos Escolares e em última instância na Secretaria Municipal de Educação.

É necessário estabelecer um novo paradigma nas relações sociais dentro do ambiente de trabalho. Estabelecer uma nova dinâmica profissional, tendo como princípio básico a ética consistente, e não simplesmente aleatória, acrescida apenas de eventualidade no momento em que se julgam propício tê-la ou abster-se.

Possuir um regimento que não se transmuta para o campo material do entendimento profissional torna o processo de relações de trabalho ineficaz e improdutivo. Mas o avanço acontece, na velocidade desejada, o ritmo é lento, porém, consistente.

8. AVALIAÇÃO

De acordo com SOUZA (2005, p.17)

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação da aprendizagem [...] serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem, e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional.

A autora Sandra M. Zákia L. Souza, em sua palestra realizada no Seminário: “O ensino municipal e a educação brasileira”, promovido pela SME de São Paulo em 04/08/1999, enfatiza que: “O Projeto da escola é o ponto de partida e de chegada para a avaliação”. Oportunidade em que a escola deve responder às seguintes questões:

- Qual é o nosso Projeto Educacional?
- Quais os princípios que devem orientar a organização do trabalho escolar?

- Qual é o nosso compromisso com os alunos desta escola, e, par além desses, com a construção da escola pública de qualidade?
- O que entendemos por qualidade?

Com base nestas reflexões, esta Escola avalia o seu trabalho aprimorando a cada dia, a participação democrática neste processo.

8.1. Avaliação da instituição

A Escola Municipal Pequeno Polegar utiliza Pesquisas de Satisfação com Pais, Professores, Funcionários e Equipe de Liderança, em relação ao desempenho profissional de cada um. É realizado também um trabalho de coleta de dados relacionadas às expectativas com todas as partes envolvidas, em relação ao trabalho a ser desenvolvido pela escola; o resultado coletado é avaliado, discutido e inserido em sua prática cotidiana as propostas que apontam possibilidades de melhora em seu desempenho.

A Instituição utiliza processos constantes de avaliação, auto-avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas no cotidiano escolar, através de instrumentos como: Positivo/Delta Consensogramas, Questionários e Painéis de Desempenho. O POSITIVO/DELTA pode ser utilizado para avaliar de uma simples atividade corriqueira em sala de aula a um projeto complexo envolvendo toda a escola. As anotações são feitas em um quadro assim:

	
<p>Nesta coluna são anotados os pontos positivos, com a participação de todos os envolvidos.</p>	<p>Nesta outra coluna são registradas as oportunidades de melhoramento, também com a participação de todos. As ações, sempre iniciadas por um verbo no infinitivo, deverão ser</p>

	sanadas num prazo de tempo estabelecido pelo grupo.
--	---

O Positivo/Delta em muito contribui para um melhor desempenho da Escola.

O **CONSENSOGRAMA** geralmente é utilizado em reuniões, seminários, e/ou capacitações. Cada tema abordado é colocado em uma folha de papel ofício previamente dividida em colunas, cada uma recebendo uma pontuação de 1 a 10, nas quais são coladas bolinhas adesivas de acordo com a avaliação individual de cada participante, referente ao seu grau de satisfação em relação ao tema exposto.

Nos **PAINÉIS DE DESEMPENHO** são afixados: * o Plano de Melhoramento que dá o norte para todo o trabalho escolar; nele estão registradas as Metas de Aprendizagem e Operacionais e as medidas necessárias para seu alcance; *os GPIs em desenvolvimento na escola; *os Gráficos de Rendimento bimestrais, semestrais e anuais, conforme a época; *A Pesquisa Captar, a qual informa o percentual de professores que percebem avanço na aprendizagem de seus alunos e é realizada duas vezes ao ano e outros dados relevantes para o desempenho dos alunos.

QUESTIONÁRIOS são enviados às partes interessadas, em forma de pesquisa de satisfação, e/ou percepção do nível de aprendizagem.

8.2. Avaliação da aprendizagem

De acordo com o RCNEI a avaliação na educação infantil deve ser:

(...) contínua, levando em consideração os processos vivenciados pelas crianças, resultado de um trabalho intencional do professor. Deverá constituir-se em instrumento para a reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades e como forma de acompanhar e conhecer cada criança. (BRASIL, 2008, p.40).

Partindo deste princípio, a Escola Municipal Pequeno Polegar, avalia continuamente o desenvolvimento de seus alunos através de anotações feitas pelos professores, através do Portfólio, e do registro em uma Ficha Individual, padrão da SME. Bimestralmente os alunos realizam uma avaliação somativa que contempla as Metas de Aprendizagem a serem alcançadas. O resultado é informado aos Pais, através da análise do Portfólio e da Ficha Individual do aluno.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acessado em agosto de 2010.

BRASIL. CNE/CEB. **Parecer 22/98**, discute as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília – DF, 17/12/98.

BRASIL. Lei Nº 9394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. MEC. Escola de Gestores da Educação Básica. **O CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO DE VIABILIZAÇÃO DO DIREITO**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acessado em agosto de 2010.

BRASIL. MEC – **Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil**, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALIERE. Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**., Campinas, vol. 28, n 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O DIREITO À EDUCAÇÃO: Um campo de atuação do gestor escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acessado em agosto de 2010.

GADOTTI, M. **Organização do trabalho na Escola**: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993

MINAS GERAIS. **LEI COMPLEMENTAR Nº 030/2009** Plano de Carreira do Magistério Público do município de Buenópolis – MG

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 443**, de 29 de maio de 2001 que dispõe sobre a organização da Educação Infantil.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANDRA, M. Zákia L. Souza. **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acessado em agosto de 2010.

SGI – SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO. – **Plano de melhoramento da Escola**, Fundação Pitágoras – Belo Horizonte 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]. **Gestão e avaliação da educação escolar**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR. 2005, p.32-38. 42 p.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. [et. al.] **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A AVALIAÇÃO DA ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO**. Caderno 4 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública – Universidade Federal do Paraná, 2005,p. 42.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.